



A EDUCAÇÃO SOCIAL E PARA OS DIREITOS HUMANOS COMO ESTRATÉGIA DE INCLUSÃO E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS TERRITORIAIS E FAMILIARES: UMA EXPERIÊNCIA COM GRUPO DE IDOSAS NO CRAS ALTO DO MANDU NO MUNICÍPIO DE RECIFE.

Anderson Bezerra da Silva¹; Luciana Torres de Aguiar Pereira²; Edson de Souza Lima³

¹Assistente Social, Mestre em Comunicação Social, Prefeitura do Recife - E-mail: derson.ice@gmail.com

² Pedagoga, Especialista em Coordenação Pedagógica, Prefeitura do Recife – E-mail: lucianataguiarp@gmail.com

³Pedagogo, Especialista em Neuropedagogia, Pós-graduando em Direitos Humanos – UFPE, Prefeitura do Recife – E-mail: edsonlima88@yahoo.com.br

RESUMO

O presente trabalho visa tratar da experiência com grupos de pessoas idosas na perspectiva da educação social para os direitos humanos em Serviços e equipamentos afiançados pela Política Nacional de Assistência Social. A narrativa encontrada neste artigo acontece no âmbito do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos da Prefeitura da cidade do Recife. A partir das oficinas de Desenvolvimento Pessoal e social- DPS, foi elaborada uma metodologia que visa por meio de dinâmicas abordar temas que estão presentes no emaranhado das relações sociais e afetivas dos grupos trabalhados, afim de resgatar aspectos da cultura local oriundas das vivências nessas comunidades e objetivando também o fortalecimento dos vínculos do grupo com o território, famílias e os equipamentos sociais. Na intenção de incorporar todos esses elementos em uma atividade prática, foi construído o percurso sociopedagógico: Gente Que Sabe - Desenvolvimento e Valorização do saber popular. Esse percurso pedagógico teve como foco valorizar as histórias de vidas desses/dessas sujeitos/sujeitas para a partir disso pensar nas diversas possibilidades de atuação junto ao grupo e território visando robustecer seu processo de identidade grupal e territorial. Nas oficinas e atividades buscou-se manter um diálogo constante com as orientações do SCFV e com os valores e premissas dos direitos humanos. Percebemos com esse trabalho que houveram diversas aquisições no campo do diálogo profissional, da interdisciplinaridade e institucional e também foi possível perceber na condução dessa metodologia e no debruçamento na história de vida dessas idosas os novos papéis que elas exercem em suas famílias, ampliando as possibilidades dos trabalhos sociais com o segmento. No âmbito da educação social conseguimos perceber diversas aproximações possíveis entre a educação, os direitos humanos e a assistência social, a ligação existente entre elas nos apontam caminhos interessantes para a construção de políticas mais sensíveis às demandas dos/das seus/suas usuários/as e preocupadas com as diversas dimensões de suas vidas.

Palavras-chave: Educação Social, Direitos Humanos, Assistência Social, SCFV, Pessoa Idosa

INTRODUÇÃO

O presente artigo trata de algumas experiências, a partir do trabalho com grupos de pessoas idosas na perspectiva da educação social para os direitos humanos em Serviços e equipamentos afiançados pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). No âmbito da PNAS é importante pontuar que a mesma atua nas mais variadas linhas de abordagens tentando dar conta da diversidade de vulnerabilidades sociais que seu público apresenta, sem



desconsiderar as especificidades e a condição de sujeitos de direitos desses usuárias/os¹. Neste sentido faz-se necessário entender que toda a discussão realizada neste escrito acontece por meio das experiências vivenciadas no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, um serviço que se encontra dentro das ofertas da Proteção Social Básica (PSB) que tem por objetivo prevenir situações de risco social e, intervir junto as/aos usuárias/os com direitos violados por meio do desenvolvimento de potencialidades, aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários (BRASIL, 2004, p.32-38). Desse modo, existe relevância a compreensão de que a proteção social básica opera na perspectiva de garantir a segurança de convívio, acolhida, sobrevivência e autonomia, prevenindo riscos sociais e incertezas para grupos sociais, econômico e relacionalmente vulneráveis.

Entendendo que esses temas tendem a ser complexos, é importante ter muito bem delimitado a que nos referimos quando tratamos da segurança de convívio, sobre isso a PNAS traz como entendimento o seguinte:

A segurança da vivência familiar ou a segurança de convívio [...] supõe a não aceitação da situação de reclusão, de situações de perdas das relações [...].A Dimensão multicultural, intergeracional, interterritoriais, intersubjetivas, entre outras, devem ser ressaltadas na perspectiva do direito ao convívio. (BRASIL,2004, p.26)

Esse entendimento apresenta um caráter inovador para a PNAS na implementação do Sistema Único da Assistência social (SUAS), figura um avanço na construção de uma política de seguridade social que preocupa-se não apenas com as dimensões imediatas e urgentes trazidas pelo seu público, mas compreende sua intervenção também no campo das subjetividades inseridas nas relações que esses sujeitos estabelecem entre si e com território como um elemento norteador das intervenções da própria política e de seus profissionais.

Nessa perspectiva, percebemos o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) e suas práticas educativas como um importante recurso da PNAS na garantia da segurança de convívio e autonomia. O SCFV é um serviço que está regulamentado pela Tipificação dos Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009), sendo reordenado em 2013 por meio da Resolução Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS) nº 01/2013. O mesmo é ofertado de forma contínua e ininterrupta complementando o Serviço de Proteção e

¹ Sabendo que as questões de gênero são estruturantes em nossos processos de sociabilidade e entendendo que a linguagem também pode atuar com reprodutora de machismos e desigualdades, neste artigo buscaremos fazer uso da linguagem escrita não sexista, visando não reforçar as relações assimétricas, hierárquicas e não equitativas presentes nesta sociedade evitando negações ou ambiguidade no que se refere as contribuições dos sujeitos e sujeitas para a formulação desse material.



Atendimento Integral às Famílias (PAIF)² e Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI)³ respectivamente ofertados nos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS). O SCFV situado na proteção social básica e referenciado ao CRAS atua com caráter preventivo e proativo, pautando a defesa e afirmação de direitos dos seus usuários e usuárias, estimulando o desenvolvimento de potencialidades e o alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento de vulnerabilidades sociais.

Para a execução do serviço, os/as usuários/as são divididos/as em grupos a partir de faixa etárias, considerando seus ciclos de vida e as especificidades implicadas nos tempos de vivência de cada um desses ciclos. Neste processo, o uso de estratégias educativas aplicadas no contexto da intervenção social é amplamente explorado. Cada atividade proposta precisa e deve ser planejada de modo a atender as demandas dos/das usuários/as, famílias e territórios de maneira coletiva e com a participação de todos/as os/as atores/atrizes que estão implicados/as no processo. Assim, existe um importante diálogo entre os/as educadores/as sociais, sujeitos/as que estão no diálogo direto com os/as usuários/as e famílias, assim como adentrando os territórios e os/as Técnicos/as de Referência que em sua grande maioria são pedagogos/as, que dão suporte no alinhamento entre o processo educativo e as demandas específicas no âmbito das intervenções sociais. Cabe ressaltar que as pessoas atendidas também atuam na construção dos saberes e trabalhos produzidos no contexto do SCFV, tendo como premissa a participação ("*aprender fazendo*"), como instrumento pedagógico, garantindo como proposto por Freire e Nogueira, um olhar pedagógico do processo participativo (1989, p.62), efetivando aprendizados contínuos por meio da experimentações e vivências dentro do próprio serviço e territórios.

Os trabalhos realizados nos grupos são organizados por percursos, lançando mão de temas geradores que vão sendo paulatinamente desenvolvidos a partir de três eixos (1. Convivência Social, 2. Direito de ser, 3. Participação social) e subeixos norteadores do SCFV e da própria PNAS, cada percurso pode variar muito no que tange tempos de duração, em Recife de modo geral duram em torno de 3 meses. Esses trabalhos são acrescidos de temas transversais

² Principal serviço de Proteção Social Básica (Decreto nº5.085, de 19 de maio de 2004), consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida.

³ Serviço voltado para famílias e pessoas que estão em situação de risco social ou tiveram seus direitos violados. Oferece apoio, orientação e acompanhamento para a superação dessas situações por meio da promoção de direitos, da preservação e do fortalecimento das relações familiares e sociais.



que encontramos na dinâmica social da vida dessas famílias e territórios, como por exemplo racismo, questões de gênero, alimentação saudável, qualidade de vida, entre outros.

Em Recife, o SCFV tem obtido cada vez mais visibilidade e relevância, pois apresenta um caráter prático, dinâmico e dialogado com os/as seus/suas usuários/as, fazendo um grande esforço de acolher as demandas reprimidas da rede socioassistencial, mas também articulando com a gestão pública as interlocuções necessárias para a devida intersetorialização dos serviços oferecidos pela gestão, estimulando o entendimento de que as pessoas precisam ser vistas no âmbito das políticas públicas de forma integral, humanizada e responsável.

Assim é fundamental pontuar todos os cuidados garantidos na escolha dos/as colaboradores/as desse processo. Buscou-se diversificar ao máximo o quadro de educadores/as e técnicos/as de referência visando ampliar as possibilidades de construção sociopedagógica, a partir dos diferentes saberes e conhecimentos trazidos por esses atores/atrizes agregando as práticas do serviço e do atendimento ao público novas formas de ver, pensar e agir.

No sentido de ampliar a oferta e de atuar nas diferentes realidades e necessidades dos/as usuários/as do SCFV, são utilizados diversos equipamentos que vão desde o CRAS (equipamentos públicos), Organizações Não Governamentais (ONG) e associações (equipamentos da rede socioassistencial) e Clubes (parcerias público-privado, instituído por lei municipal nº 17.399/2007), sendo essas ofertas fornecidas de maneira direta pelo município, focando nos públicos: infantil de 04 à 11 anos, Infantojuvenil de 12 à 17 anos e Idosos +60 anos. Apesar da diversidade de público e atividades que o serviço atua e que poderiam aqui ser objeto de discussão, neste artigo vamos falar especificamente de um dos trabalhos realizados com grupo de pessoas idosas no CRAS Alto do Mandu.

Antes de adentrar na metodologia do trabalho e seus resultados se faz necessário contextualizar um pouco sobre como o SCFV busca atuar com esse público e como funciona e se organiza esse grupo em específico. Para o público idoso, o SCFV trabalha na perspectiva de contribuir para um envelhecimento ativo, saudável e autônomo, além de estimular e assegurar espaços para trocas de saberes, construção de redes de ajuda e fortalecimento, além de encontros intergeracionais. Outro aspecto importante do trabalho voltado para as pessoas idosas está em detectar as necessidades e motivações, potencialidades e capacidade de desenvolver novos projetos de vida valorizando as experiências obtidas no próprio grupo juntamente com a capacidade de fazer escolhas assertivas para suas vidas e relações interpessoais.

O grupo de pessoas idosas Beija-flor é formado em grande parte por mulheres que moram no bairro de Casa Amarela, mas especificamente das comunidades do Alto Santa Isabel e Alto do Mandu, ambas estão situadas na zona norte da cidade do



Recife. O Beija-flor é um grupo muito conhecido na localidade, pois é composto sobretudo por pessoas que fizeram parte da própria fundação e organização dessas comunidades. O mesmo tem hoje 25 anos de existência com cerca de 100 mulheres vinculadas entre ativas e inativas e inicialmente foi criado objetivando reunir amigas para atividades religiosas no âmbito da igreja católica e recreação. Esses encontros aconteciam em uma extinta associação que hoje dá lugar ao CRAS Alto do Mandu que atende essas comunidades e outras que estão próximas e/ou pertencem a Região Político Administrativa⁴ (RPA) 3. Diante da importância do grupo, o CRAS acolheu o mesmo após o fim da associação e o grupo continuou suas atividades reunindo-se todas as sextas feiras à tarde, no entanto, com o tempo e a falta de atividades mais propositivas, o grupo vivenciou um processo de esvaziamento, o que enfraqueceu bastante as atividades do grupo no território.

No sentido de fortalecer os grupos existentes, em 2016 o SCFV assumiu uma programação de atividades com diversos grupos de pessoas idosas buscando ampliar e potencializar as possibilidades desses agrupamentos dentro dos serviços oferecidos no CRAS e a realidade social dos territórios e seus sujeitos, isso ocorreu a partir do diálogo sociopedagógico com os Direitos Humanos, considerando as demandas trazidas para a política de assistência social.

METODOLOGIA

A partir de abril de 2016 as atividades propostas no âmbito do SCFV foram iniciadas com o grupo Beija-flor, sendo oferecidas oficinas de Danças (Break, Hip-hop e outros ritmos da dança de rua) e oficinas de Desenvolvimento Pessoal e Social - DPS, metodologia que visa a partir de atividades dinâmicas abordar temas que estão presentes no emaranhado das relações que estabelecemos interpessoalmente, com os outros e com o meio. De modo geral, estimula a vivência grupal fomentando reflexões sobre a maneira de estar no mundo, valores, direitos e relações com a coletividade. O objetivo é proporcionar uma atmosfera de aceitação e ânimo para discussão e reflexão sobre novas atitudes, a importância em valorizar as emoções, os sentimentos a partir do reconhecimento das nossas inteligências e capacidades no intuito de facilitar a tomada de consciência de aspectos importantes do cotidiano que normalmente são despercebidas, mas que são fundamentais pois falam de quem somos e como estamos. Essa oficina, em especial, tem grande relevância nos trabalhos que são conduzidos no grupo uma

⁴ - As Regiões Político Administrativas ou RPA, é uma reorganização do território do Recife fundamentado na lei municipal nº 16.293, de 22 de janeiro de 1997, divide a cidade em seis regiões para a melhor organização dos serviços públicos sendo elas no total de 6 (Centro, Norte, Noroeste, Oeste, Sudoeste e Sul). As RPAs, por sua vez, dividem-se em microrregiões, que agrupam os bairros.



vez que articulada com outras, de caráter prático e direciona as técnicas de modo a favorecer as pessoas que compõem o grupo.

A missão entendida pelo conjunto de profissionais nesse primeiro momento focou em entender melhor o grupo, suas demandas e características dentro do espaço do próprio CRAS, ambiente onde a maioria das atividades aconteceria. Depois desse processo de aproximação com o grupo que durou cerca de 3 meses desenvolvendo práticas integrativas e realizando um processo de identificação do perfil do grupo: suas potências e debilidades, principais lideranças, consensos e dissensos, com isso realizar um trabalho que trouxesse elementos da história dessas pessoas para além daquele espaço físico.

Neste caminho, Gadotti (2009) apresenta uma importante passagem no sentido de entender a função dos/das educadores/as na perspectiva de construir estratégia para uma educação integral, humanizada e emancipatória considerando os caminhos possíveis para a valorização dos sujeitos:

O papel dos educadores e das educadoras é justamente, viabilizar as aprendizagens, criando condições favoráveis de ensino. É mostrar que aprender faz parte da vida e que, por isso mesmo, pode e deve ser algo prazeroso e desafiador que, no final das contas, vai ter significados importantes na vida de cada pessoa. E para que assim seja, exige-se a adoção de procedimentos e metodologias inovadoras, diferenciadas, mais criativas, que trabalhem com as múltiplas dimensões da nossa humanidade(...). (GADOTTI, 2009. p.11)

A partir desse pensamento existe um importante esforço por parte dos/das educadores/as de superar aquilo que é aparente e, criativamente, tentar propor atividades que sejam sensíveis ao ponto de tocar as dimensões mais diversas desse público, mas que também fosse concreto e que permitisse uma visualização do trabalho de forma objetiva. Desse modo, valendo-se um marcador temporal, o mês de agosto de 2016 foi escolhido para fomentar esse trabalho. Com o advento do período onde se discute o folclore brasileiro, data inclusive que vem perdendo força ao longo dos anos, surgiu como proposta o percurso ***Gente Que Sabe - Desenvolvimento e Valorização do saber popular***. O objetivo principal desse percurso era no âmbito do SCFV fortalecer as relações estabelecidas no grupo que vivenciava um período de muitos conflitos internos e estabelecer novas dinâmicas e fluxos propondo a ampliação das possibilidades do grupo dentro do CRAS.

Outro elemento importante desse processo era o resgate dos aspectos culturais que foram ao longo do tempo sendo perdidos e valorização das narrativas, memórias e saberes desses sujeitos colocando-os/as como ponto central do trabalho a ser desenvolvido por eles/as. No mesmo sentido proposto por Pedroso (1999. p.140) que afirma: “Um povo que não tem



raízes acaba se perdendo no meio da multidão. São exatamente nossas raízes culturais, familiares, sociais, que nos distinguem dos demais e nos dão uma identidade de povo, de nação”. Percebe-se a importância de se conhecer as raízes da própria cultura para que haja a formação de identidade, no propósito de se definir enquanto cidadão e cidadã sabendo situar-se na sociedade.

Nesta proposta de trabalho se pensou em quatro grandes momentos onde seriam trabalhados cada aspecto do projeto. No primeiro momento, visto que tudo era novo e precisávamos aprofundarmos no contexto de trabalho lançado, além de fazer alguns acordos de convivência visto que como já dito, existiam diversos conflitos e a com sua diversidade de perfis poderiam surgir outros pontos de tensão, além dos desafios em torno da escolarização e mobilidade. A atividade inaugural consistiu na apresentação da metodologia que englobaria atividades relacionadas às danças populares, artes gráficas, etnografia das práticas, mitos e crenças alinhado aos territórios em que essas pessoas se estabeleceram e práticas de cuidado a partir da saúde popular, produção de um ensaio fotográfico das atividades desenvolvidas, juntamente com um teaser ⁵ como síntese do trabalho e produto final.

Neste momento foi explanado todas as atividades e conceitos a serem trabalhados numa oficina temática: *Em terras onde canta o sabiá, prevalece o saber popular...* O tema foi inspirado nas rimas da literatura de cordel, instrumento artístico-literário do Nordeste e que preserva um importante arcabouço cultural, histórico e artístico do povo pernambucano, e foi justamente para fortalecer esses processos que o uso desse tipo de recurso foi bastante utilizado.

A nível de conteúdo buscou-se articular a proposta do trabalho com o que preconiza o eixo direito de ser e seus subeixos, desse modo foram tratados conceitos e metodologias como: narrativas populares, saber popular, saúde e práticas de cuidado populares, contos folclóricos, literatura nordestina (cordelismo) entre outros elementos que se fundamentam em construções identitárias a partir da regionalização das vivências.

As escolhas desses conteúdos se expressam no interesse da equipe em compreender as circunstâncias vivenciadas pelo grupo, realizando diálogos que evidenciasse a experimentação de diferentes realidades, mas também a existência de conectores dentro do contexto socioterritorial. Sendo assim, a estratégia lançada foi compreender os sujeitos percorrendo suas histórias, na perspectiva de valorização de memórias e esses elementos como substancial para a constituição identidades e subjetividades. Por meio das narrativas e saberes populares

⁵ Trecho ou sequência curta de um vídeo, programa. Visa estimular e atrair o público para um determinado conteúdo, aguçando sua curiosidade sobre tema trabalhado.



encontrávamos um caminho propício para estabelecer fluxos importantes de trocas e identificações.

No segundo momento do trabalho, deu-se início ao processo etnográfico e a oficinas de ilustração, nelas foi feito o levantamento de diversos contos, receitas e práticas medicinais no âmbito dos saberes populares que eram passados de forma oralizada entre as gerações. Com base nesses conteúdos muitas reflexões sobre os processos de sociabilidade foram possíveis incluindo discussões no âmbito dos direitos humanos, Estatuto da Pessoa Idosa (BRASIL, 2003), Saúde, segurança alimentar, educação ambiental, direitos sexuais e direitos reprodutivos, dentre muitos outros temas que dialogavam com as histórias narradas pelo grupo. Já para as oficinas ilustrativas foram utilizadas as técnicas do Graffiti e arte de rua, objetivando dar forma para essas narrativas, perceber por meio dos desenhos como esses conhecimentos incutidos ao longo da vida dessas pessoas eram representados e como esse imaginário popular era construído também a partir das individualizações.

O terceiro momento visou registrar a partir de ferramentas da comunicação audiovisual, o momento de interação que se construía naquele espaço e um pouco do que era trazido por elas em suas histórias, garantido que tudo o que estava sendo produzido nesses encontros teria a possibilidade de ser revistado por elas, mas também acessado por outras pessoas que tivessem interesse de compreender aquela narrativas e modos de vida. Foi produzido então um vídeo teaser das atividades e uma tomada fotográfica dessas idosas e do trabalho desenvolvido por elas no CRAS. No quarto e último momento planejamos e realizamos um evento de culminância onde esses produtos poderiam ser vistos, avaliados e validados por todas as pessoas que fizeram parte desse trabalho. Em clima de festa foi feito uma exposição fotográfica, a exibição do vídeo teaser e uma avaliação horizontal com a equipe do SCFV, CRAS e Grupo beija-flor. A finalização desse processo foi bastante afetivo, visto que ao se verem no mural do CRAS, contemplar as artes produzidas por elas nos muros e ver o vídeo em que elas eram as protagonistas, as mesmas se viram como parte daquele lugar e esse sentimento de pertença era notado nos discursos trazidos por elas. Muitas inclusive relataram a timidez e a dificuldade de falar naquele espaço, mas que se sentiram muito confortável com a metodologia do trabalho, visto que elas eram quem dominavam o conteúdo e desse modo puderam participar de forma integral.

Em todas as oficinas e atividades buscou-se manter um diálogo constante com as orientações do SCFV e com os valores e premissas dos direitos humanos. A partir dos norteamentos dados pelo SCFV, o trabalho teve foco no eixo ***Direito de Ser*** que busca potencializar as vivências dos ciclos etários em toda a sua pluralidade.



Dos subeixos utilizamos diversos elementos, sendo possível perceber nas atividades processos de experimentação fazendo ponto com o subeixo direito de experimentar, direito de ser protagonista uma vez que elas contavam suas próprias histórias, direito a pertencer quando nos debruçamos na lógica das identidades territoriais, direito de ser diverso e direito à comunicação, visto que todo o trabalho se deu nesta perspectiva. No que diz respeito aos Direitos Humanos foram possíveis muitas pontuações. No Título I, sobre os princípios fundamentais da República, a Constituição Federal que ratifica a declaração dos DH, no seu artigo 1º, diz que o valor da Dignidade é um de seus fundamentos e no art. 3º, declara como objetivos fundamentais a construção de uma sociedade livre, justa e solidária, a erradicação da pobreza e da marginalização, a redução das desigualdades sociais e regionais e a promoção do bem de todos, sem preconceitos com origem de raça, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação (Brasil, 1989, 1990, 1997).

Assim buscamos contribuir na construção de sujeitos conscientes de seus direitos fundamentais e humanos, mas também atuando para a superação de desigualdades uma vez que por meio dele tínhamos no CRAS, porta de entrada para programas, projetos, serviços e benefícios da Assistência social, um terreno fértil de inclusão dessas usuárias nesses espaços quando necessário, além de colocá-las no campo de visão dos/as profissionais dessa política pública de seguridade social.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os relatos obtidos na avaliação se mostram suficientes para compreender que a metodologia se apresentou de forma bastante assertiva, não por ter sido impecável, até porque encontramos muitos entraves no seu desenvolvimento, mas por ter sido sensível ao ponto de considerar os sujeitos como seu principal objeto de trabalho. Quando no âmbito das políticas públicas, olhamos as pessoas e não o alcance de metas e resultados, teremos como produto o substrato daquilo que era necessário para aquele conjunto de indivíduos e ambiente. Sendo assim, qualquer construção pode ser vista como importante e deve ser aproveitada para avançar nos temas que se apresentarem como fundamentais no sentido fornecer respostas ainda mais qualificadas às demandas dos/as usuários/as. Os resultados de um processo como esse, deixam de ser colocados apenas como estatísticas e a eficácia não terá a métrica baseada em parâmetros academicistas. Pois percebe o fortalecimento dos sujeitos e suas relações como ponto central da análise. Apesar desse entendimento, isso não significa dizer que não nos preocupamos ou não devemos nos preocupar com os números e metas, visto que as políticas públicas carecem de subsídios numéricos a fim de justificar recursos e avaliar a efetividade de suas ações. Mas precisamos ter de forma lúcida que em qualquer



trabalho, na perspectiva de intervir para transformação de realidades, que o nosso principal objetivo são os sujeitos com os quais planejamos atuar no sentido de fortalecê-los, numa perspectiva descolonial e emancipadora.

Percebemos com esse trabalho que houveram diversas aquisições no campo do diálogo profissional, da interdisciplinaridade e institucional. No que se refere à dimensão profissional podemos falar do forte entrosamento entre os/as educadores/as sociais e técnica de referência. Ambos se dedicam a diferentes tarefas no mesmo trabalho, o que em diversos momentos poderia se colocar como problema. Neste sentido a aplicação de estratégias pedagógicas também teve sua importância, foi necessário desierarquizar conhecimentos e saberes, pois como nos disse Freire (1987, p.68): "Não há saber mais, nem saber menos, há saberes diferentes". As pontuações da profissional em pedagogia se mostrou extremamente oportuno, visto que a intervenção só seria possível a partir do momento em que minimamente a compreensão de como articular esses diferentes saberes, de como facilitar para todas estivessem se compreendendo. No seio da interdisciplinaridade, os benefícios se deram nas interlocuções dos saberes dos profissionais envolvidos, o serviço social, a pedagogia e as danças e as artes de ruas formaram um profundo arcabouço teórico metodológico para a construção e viabilização deste trabalho. Já no campo profissional, a maior conquista foi perceber a incorporação da política através do entendimento por parte do grupo do que era o SCFV e seus objetivos e a compreensão de que o CRAS pode ser muito mais do que um espaço físico, mas um ambiente de colaboração, empoderamento, acesso a políticas públicas e de controle e participação social.

Outro ponto importante que foi possível perceber na condução dessa metodologia e no debruçamento na história de vida dessas idosas é os novos papéis que elas exercem em suas famílias. No contexto das atividades propostas poderíamos nos restringir a falar sobre os diferentes legados deixados por essas figuras impressos no cenário familiar ou ainda das heranças simbólicas por elas transmitidas e que compõem os imaginários e memórias desses núcleos. No entanto, fazer isso seria invisibilizar as novas configurações nas quais esses grupos se inserem na atualidade da metamorfósica trama social. As mudanças nos laços familiares e as vulnerabilidades que atingem as famílias trazem para esse segmento novas demandas e dão a esses personagens relevo na lógica de cuidado e socialização dos/as netos/as, mas também no processo de subsistência dessas famílias. (Vitale,2008, p.94)

Desse modo, verificamos a presença de crianças nesse espaço que estavam sob os cuidados dessas matriarcas, isso exigiu de nós muita ponderação e a partir da práxis ação-reflexão à luz das teorias Freireanas entendemos que não seria possível desconsiderar o que a realidade nos apresentava como ponto de atenção. Essa decisão nos



levou a criar formas de incluir esses/essas novos/as atores/atoras no processo. Posteriormente outras figuras foram se mostrando interessadas no trabalho e o surgimento das filhas, sobrinhas, noras nos fez perceber no território a ausência de espaços de fomentação lazer, diálogos, acesso a saberes e redes de fortalecimento para as mulheres, fazendo com que esse grupo recebesse os fluxos gerados por essas faltas. Esse movimento que traziam para esse grupo atores/atoras de outras faixas etárias nos levou a pensar como o nosso trabalho também seria importante nas mediações dos diálogos intergeracionais que o grupo passou a ter na medida em que todas estavam juntas na partilha de experiências e saberes.

CONCLUSÕES

No âmbito da educação social conseguimos perceber diversas aproximações possíveis entre a educação, os direitos humanos e a assistência social, a ligação existente entre elas nos apontam caminhos interessantes para a construção de políticas mais sensíveis às demandas dos/das seus/suas usuários/as e preocupadas com as diversas dimensões de suas vidas. Entendemos que a experiência do SCFV no CRAS Alto do Mandu nos proporciona apontamentos importantes no que concerne a construção de trabalhos focados nos sujeitos na perspectiva do fortalecimento de vínculos sociais, familiares e territoriais.

Fica evidenciado também a importância de ter profissionais preparados para lidar com as diferentes realidades postas no território e com isso todas as problemáticas que vivem os/as usuários/as das políticas públicas, em especial o segmento de pessoas idosas, uma vez que essas transitam nas diversas políticas existentes. Todos esses processos nos desafiam a tentar compreender como vem se dando o processo de envelhecimento no Brasil e em todo o mundo no sentido de dar resposta às especificidades desse segmento. Mas não podemos desconsiderar a importância de elaboração de estratégias sociopedagógicas que visam se debruçar no empírico e no campo das subjetividades sem perder de vista as realidades concretas e como elas reverberam na vida no território, nas sociabilidades e nas possibilidades de intervenção nesses contextos.

No que se refere ao Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, podemos ratificar a sua importância no cenário de articulação intersetorial porque tem a possibilidade de acolher usuários/as encaminhados/as de outras políticas, apresenta potência porque centraliza-se numa oferta de serviço que tem por objetivo fortalecer os/as seus/as usuários/as a partir de processos de coletivizados sem desconsiderar as diferenças e subjetividades de cada um/a, aprofunda-se no entendimento de que a família precisa ser o principal núcleo de apoio desses indivíduos e por isso os vínculos precisam estar consolidados, mas também considera o território como fundamental para a sociabilidade desses sujeitos.



Por fim compreendemos que todo o trabalho no contexto das vulnerabilidades sociais na perspectiva da segurança de convívio requer uma importante articulação de muitos saberes e fazeres, assim no todo o esforço de ampliar os campos de visão para ver o que não é óbvio é válido.

Neste caminho é impossível fazer intervenções verdadeiramente transformadoras sem considerar a participação efetiva dos sujeitos sociais e políticos e podemos ganhar muito quando vemos na educação social e popular formas de estreitar os diálogos e horizontalizar as relações. Não podemos entender como emancipatórias e empoderadoras ações que se estabelecem a partir de rígidas e hierarquizadas relações de poder, academicistas e colonizadoras. Por fim cabe aos/às profissionais para além de pensar saídas aos desafios e limitações no campo profissional e político, assumir a responsabilidade de pensar em si como sujeitos transformadores e buscar formas de ressignificar suas práticas para a não reprodução de opressões e violências e ser catalisador em reflexões críticas, desejo de mudança e consciência coletiva.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Ana Rojas; VITALE, Maria Amália Faller (Org.). **Famílias: redes, laços e políticas públicas**. 4 ed. São Paulo: Cortez/Instituto de Estudos Especiais/PUC-SP, 2008.
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- _____. Lei no 8.742. Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS). Brasília: DF, 7 de dezembro de 1993.
- _____. Ministério da Previdência e Assistência Social Lei n. 8.842. Política Nacional do Idoso. Brasília: DF, 4 de janeiro de 1994.
- _____. Lei no 1074/2003. Estatuto do Idoso. Brasília: DF, Outubro de 2003.
- _____. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/Suas. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2005.
- STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOKI, Jaime José (orgs.). **Dicionário Paulo Freire** - 3. ed. - Belo Horizonte: Autentica Editora, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996. (Coleção Leitura).
- _____. **Conscientização: teoria e prática da libertação** - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3. ed. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- GADOTTI, Moacir. **Educação Integral no Brasil: Inovações em processos**. São Paulo: Editora e Livraria instituto Paulo Freire, 2009.
- GUIMARÃES-IOSIF, R. M. **Educação, pobreza e desigualdade no Brasil: impedimentos para a cidadania global emancipada**. Brasília: Liber Livro, 2009.
- PEDROSO, S. F. **A carga cultural compartilhada: a passagem para a interculturalidade no ensino de português língua estrangeira**. 1999. 140 f. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.
- SIMÕES, Carlos. **Curso de direito do serviço social**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2011. -- (Biblioteca Básica de Serviço Social; v.3)